

SEGURANÇA

Senado aprova fim da “saidinha”

Governistas liberam bancadas para votar o projeto, que só teve dois votos contrários. Texto segue para a Câmara dos Deputados

» HENRIQUE LESSA

O Senado Federal aprovou o projeto de lei que acaba com as saídas temporárias de presos em regime semiaberto, benefício que ficou conhecido como “saidinha”. Com ampla maioria, inclusive, da base governista, o fim do benefício foi referendado por 62 senadores, dois votaram contra e houve uma abstenção.

O projeto, que tramita há 13 anos no Congresso, foi votado em regime de urgência no Senado, urgência essa, admitem parlamentares, justificada pela proximidade com o início do calendário eleitoral. Como a lei indica um endurecimento na execução da pena, há apelo popular por responder, em parte, à preocupação da sociedade com a grave situação na segurança pública no país.

Ao **Correio**, o senador Jorge Cajuru (PSB-GO) admitiu que a medida tem um lado populista, mas disse que, depois de melhorada com as alterações do Senado, possibilitou o apoio da situação e uma provável sanção do presidente Lula.

“Tem um lado populista, que eu lamento, mas eu fiz as minhas posições contrárias. Mesmo com o governo, no início, não apoiando, agora, com os ajustes que eu fiz, o governo concordou, e eu saio de cabeça erguida. Mas tem gente aqui que votou exclusivamente por populismo porque acha que bandido bom é bandido morto, e eu não concordo com isso”, disse o senador.

O relator, senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), acredita que a lei vai

Roque de Sá/Agência Senado



Plenário do Senado aprova o fim do benefício da saída temporária de presos; projeto volta para a Câmara e, se aprovado, deverá ter itens vetados por Lula

melhorar a sensação de insegurança e de impunidade. Mas a lei deve alterar pouco a execução das penas. Hoje, o benefício só está disponível para os detentos que progrediram para o regime semiaberto, ou seja, quem já sai todos os dias das prisões para trabalhar ou estudar durante o dia, voltando apenas à noite para dormir no presídio.

O líder do PT no Senado, Fabiano Contarato (ES), liberou o

voto da bancada, mas lembrou que, apesar de ser um defensor dos direitos humanos, pela sua experiência como delegado de polícia e professor de direito, escolheu votar a favor do projeto.

“Como você explica que uma pessoa que praticou dolosamente um homicídio — e o principal bem jurídico é a vida humana — com disparo de arma de fogo e foi condenado a nove anos, não

vai ficar sequer três anos preso? Eu não sairia daqui com a minha consciência tranquila não votando contra a saída temporária”, disse Contarato.

Questionado pela reportagem sobre a mudança, o senador reconheceu que, em função da saída temporária atingir apenas o semiaberto, esses detentos continuam podendo sair dos presídios, mas ponderou que a lei penal

brasileira oferece muitos benefícios de progressão aos apenados e que isso não pode continuar.

Como o projeto, que teve origem na Câmara, sofreu alterações no Senado, voltará para a Casa Baixa, que deve avaliar as alterações antes de encaminhar o texto para a sanção presidencial. Entre as mudanças promovidas no Senado está uma proposta do senador Sérgio Moro

(União-PR), que incluiu a autorização para a saída de presos em regime semiaberto para trabalhar ou estudar fora do presídio.

Traficantes

O texto do relator Flávio Bolsonaro diz que não terão mais direito ao benefício da saída temporária os condenados por “crimes praticados com emprego de violência ou grave ameaça à pessoa”, o que, segundo o senador Contarato, que apresentou um destaque rejeitado pelo plenário, não inclui, necessariamente, os delitos inafiançáveis como tráfico de drogas e crimes contra a segurança nacional.

“O que está sendo aprovado aqui veda a concessão de saída temporária para os condenados por crimes hediondos ou praticados com violência ou grave ameaça à pessoa. Não veda para os condenados por tortura, tráfico ilícito de entorpecente, terrorismo, Lei de Segurança Nacional (que está sendo aplicada nas denúncias contra os envolvidos nos atos de 8 de janeiro) e racismo, que são crimes inafiançáveis”, disse Contarato.

O senador Cajuru ironizou o resultado dizendo que está pensando em marcar “um jantar com Fernandinho Beira-Mar” em sua casa. O senador Otto Alencar (PSD-BA), indignado, questionou Flávio Bolsonaro sobre a posição de defender o endurecimento de penas sem incluir os “criminosos do 8 de janeiro”. Na resposta, o filho do ex-presidente Jair Bolsonaro disse que não iria politizar o tema.

Dino se despede do Congresso e defende “política forte”

» ALINE BRITO
» ÁNDREA MALCHER

O senador Flávio Dino (PSB-MA) fez, ontem, o último discurso no Senado, antes de assumir como ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Em sessão deliberativa no plenário da Casa Alta, o político defendeu a harmonia entre os Três Poderes e garantiu que

atuará na Suprema Corte com “imparcialidade e isenção”.

“No Supremo Tribunal Federal, onde estarei nas próximas 48 horas, terei coerência. Esperem de mim imparcialidade e isenção. Esperem de mim fiel cumprimento à Constituição e à lei. Nunca esperem de mim prevaricação, nunca esperem de mim não cumprir os meus deveres

legais”, assegurou Dino, que complementou: “Um bom juiz fala muito pouco e ouve muito”.

Dino assume no STF a cadeira deixada pela ministra aposentada Rosa Weber. O ministro será empossado amanhã, a partir das 16 horas, em cerimônia na Suprema Corte. Em seguida, participará de uma missa, que deve ser realizada pelo cardeal

arcebispo de Brasília, Dom Paulo Cezar Costa, às 19 horas. Após deixar o comando do Ministério da Justiça, ele ocupou, por 20 dias, o cargo de senador para o qual foi eleito em 2022.

No discurso de despedida, Dino defendeu o sistema político brasileiro e disse que o país precisa de uma “política forte”. De acordo com a visão do ministro,

“não há bom caminho para o Brasil fora da política”.

“Nós precisamos de uma política forte, e só teremos uma política forte com políticos credenciados a exercer a liderança que o Brasil exige. Precisamos retomar a ideia de deveres patrióticos, cívicos. Não podemos sucumbir à espetacularização da política. Um bom líder político jamais pode ser

um mero artefato midiático, submetido à lógica dos algoritmos”, teorizou Dino.

“Eu não consigo conceber a política sem tratar das mudanças climáticas porque os fenômenos climáticos extremos se multiplicam nas nossas esquinas e nas nossas cidades”, disse ele, acrescentando que é preciso debater “tecnologia, internet e inteligência artificial”.

FUGA DE PRESOS

Mossoró: Corregedoria afasta servidores da inteligência

» RENATO SOUZA

A Corregedoria da Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen) afastou, ontem, de maneira cautelar, ou seja, preventiva, três servidores do presídio federal de Mossoró, no Rio Grande do Norte. O estabelecimento prisional é onde ocorreu a primeira fuga no sistema prisional administrado pelo governo federal. De acordo com o comunicador da

corregedoria, os servidores afastados atuavam na divisão de inteligência, de segurança e administração da unidade de segurança máxima.

A medida ocorre para aprofundar as investigações internas sobre as circunstâncias da fuga. “O afastamento se dará até a conclusão dos procedimentos apuratórios correccionais”, destaca o texto assinado pela corregedoria-geral da Senappen, Marlene

Inês da Rosa. A corregedoria já tinha aberto um procedimento para apurar se servidores tiveram algum tipo de participação ou culpa nas fugas. Os detentos são Diebson Nascimento e Rogério Mendonça, integrantes do Comando Vermelho. Eles teriam se aproveitado de uma falha no projeto de arquitetura do presídio e saído pela abertura criada na parede para instalação de luminárias na cela.

Após deixar a cela, teriam subido pelo teto da unidade prisional e conseguido fugir. Fora do prédio, invadiram a casa de uma família que estava distante três quilômetros do presídios, ficaram os moradores reféns e saíram levando celulares. A fuga já completou hoje oito dias e o ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, determinou envio de 100 homens da Força Nacional para a região.

Eles vão se juntar a outros 500 integrantes de forças de segurança, entre policiais federais, rodoviários federais e policiais militares do estado. Além desses grupos, também foram deslocados integrantes de forças de elite, especializados em buscas de fugitivos. Não se descarta a hipótese de que os dois homens já tenham saído do Rio Grande do Norte. Outro temor das autoridades é de que eles tenham deixado o país, mas esse risco é visto como

remoto neste momento.

Ontem, a corregedora Marlene da Rosa visitou a unidade de Mossoró para averiguar se estão sendo tomadas medidas preventivas, como o reforço da estrutura das luminárias e o conserto de câmeras de segurança que estavam desativadas. Na semana passada, a direção do centro de detenção foi afastada pelo ministro Lewandowski. No lugar foi nomeado Carlos Luis Vieira Pires como interventor.



ALEXANDRE GARCIA

A MAIORIA DE NÓS É PRODUTO DE CULTURA ORIGINÁRIA NAS RELIGIÕES JUDAICO-CRISTÃS. A HISTÓRIA DO POVO DE ISRAEL ESTÁ NAS NOSSAS RAÍZES RELIGIOSAS. JUDEUS E ÁRABES MISTURARAM SEUS GENES E SUOR NA FORMAÇÃO DA NAÇÃO BRASILEIRA

O anão voltou

Brasil e Israel estão a um passo de rompimento de relações. O presidente Lula chamou de volta o embaixador do Brasil em Tel-Aviv e isso tem um significado dramático. Antes, o premiê Benjamin Netanyahu mandou dar uma reprimenda ao embaixador brasileiro Frederico Meyer — e ela foi feita significativamente no Museu do Holocausto, para que o governo do Brasil saiba o que foi Hitler e o genocídio que se chamou de Holocausto. O embaixador foi informado pelo ministro do Exterior, Israel Katz, de que Lula é persona non grata

em Israel. Aqui, o ministro Mauro Vieira convocou o embaixador de Israel, sediado em Brasília, para uma conversa na antiga sede do Itamaraty, no Rio, onde o chanceler estava — completando o revide. O ex-chanceler Celso Amorim, que rege com Lula a política externa, chamou isso de absurdo, disse que Lula não vai se retratar do que disse, e radicalizou: “Quem é persona non grata é Israel”.

Tudo isso choca os brasileiros. A maioria de nós é produto de cultura originária nas religiões judaico-cristãs. A história

do povo de Israel está nas nossas raízes religiosas. Judeus e árabes misturaram seus genes e suor na formação da nação brasileira. Foi um brasileiro, Oswaldo Aranha, que, presidindo a Assembleia da ONU, pôs em decisiva votação no exato dia em que recebeu quórum favorável à Resolução 181, promovendo a divisão da Palestina em um estado árabe e outro judeu, o que ensejou, no ano seguinte, 1948, a criação do Estado de Israel, que voltou a abrigar judeus que as perseguições dispersaram pelo mundo. O genocídio praticado pelo nazismo solidificou nos judeus a convicção de Holocausto nunca mais. Na gigantesca manifestação de 7 de setembro de 2022,

bandeiras de Israel tremulavam na Esplanada, em Brasília. No novo governo, o embaixador de Israel em Brasília não tem sido benquista, por sua amizade com o ex-presidente.

O presidente Lula, chefe da política externa, desde que assumiu, revelou suas preferências internacionais. No primeiro mês, autorizou dois navios de guerra do Irã a aportarem no Rio de Janeiro, contrariando os Estados Unidos. No primeiro ano, tentou impor aos presidentes latinoamericanos o ditador Maduro, provocando repúdio até do esquerdista chileno Gabriel Boric. Sempre silêncio sobre as agressões às liberdades e à democracia perpetradas em Cuba,

Nicarágua e Venezuela. Quando o Hamas atacou kibbutzim no sul de Israel, assassinando, torturando e sequestrando idosos, mulheres, crianças e bebês, em 7 de outubro, Lula repudiou o terrorismo, sem citar o Hamas como autor, e acrescentou que não pouparia esforços para evitar uma escalada do conflito — isto é, a reação previsível de Israel. E, quando apareceu morto em prisão russa o opositor Navalny, e o mundo ocidental responsabilizava Putin, Lula o defendeu: “Por que essa pressão em acusar alguém?” São as preferências.

Para os israelenses, foi uma blasfêmia Lula comparar a ação de Israel em Gaza ao genocídio

de Hitler contra os judeus. Lula chegou a dizer que Israel, para matar mulheres e crianças palestinas, usa o pretexto de combater o Hamas. Netanyahu afirmou que Lula cruzou a linha vermelha com palavras vergonhosas e graves; banalizou o Holocausto e o direito de Israel de se defender. No Museu do Holocausto, o ministro Israel Katz disse ao embaixador brasileiro que as palavras de Lula foram “severamente antissemitas”. Por causa disso, Lula, finalmente, ganhou projeção internacional. Em 2014, o porta-voz do Ministério do Exterior de Israel, Ygal Palmor, chamou o Brasil de “anão diplomático”. Os fatos revelam que o anão está de volta.